

13 MAI 2001

Legislativo Oposição teme que a operação abafa-CPI tenha acordo para preservar mandato de senadores

Carlistas cedem para tentar salvar ACM

César Felício
De Brasília

A anunciada retirada da assinatura dos cinco deputados carlistas do requerimento que cria a CPI da Corrupção selou o apoio do PFL contra a cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), mas ainda há dúvidas entre os parlamentares sobre a possibilidade de um acordo mais amplo para salvar seu mandato. "A questão da CPI mista foi tratada entre os partidos. Cada sigla fez a sua negociação independente das demais", disse o líder tucano na Câmara e inimigo regional de ACM, deputado Jutahy Júnior (BA). Deste modo, a garantia dada pela cúpula ao PFL a ACM não implicaria em

compromisso dos outros aliados do governo neste sentido. "Não mudou nada", garantiu, pronunciando bem as sílabas, o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE).

O líder pefelista na Casa, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), negou que a negociação para a retirada da assinatura dos carlistas teve a posição do PFL em relação a ACM como moeda de troca, alegando que o partido sempre esteve decidido a preservar o senador baiano. Mas disse que o gesto dos deputados federais carlistas reforçaria o sentimento de "uni-dade partidária".

Enfraquece ainda a tese por um amplo acordo o fato da retirada anunciada das assinaturas carlistas não ter sido decisiva pa-

ra se considerar sepultada a CPI. Como também não chegou a ser decisiva para encostar o governo contra a parede: a base de apoio de ACM na Câmara é formada por 22 deputados federais na Câmara, e somente cinco assinaram o requerimento. Não houve uma pressão do senador, seja política, seja usando os instrumentos de poder e de mídia que detém na Bahia, para aumentar o número de signatários.

Os próprios tucanos e pernambucanos entraram em contato com oposicionistas para negar que o esmagamento da CPI estivesse vinculado ao esvaziamento do processo no Conselho de Ética do Senado. Integrante do Conselho, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) não se conven-

ceu totalmente. "Há especulações sobre acordo e juras em contrário. Mas nem juras de amor são eternas", disse.

O trunfo com que os oposicionistas interessados na cassação contam é o interesse da opinião pública despertado pelo caso. "A pressão por uma posição pela cassação no Senado diminuiu nos últimos dias em função da CPI, mas agora vai voltar. Este é um jogo de contrapeso", comentou o presidente do PPS, senador Roberto Freire (PE). Dificulta ainda um acordo, na opinião de Freire, o fato de que só o PFL partidarizou a questão. "A CPI da Corrupção envolvia interesses partidários, mas o ato indecoroso no Senado não é visto como governista ou oposicionista", afirmou o

senador pernambucano.

Embora os senadores avaliem que nos últimos dias diminuiu a cobertura da mídia sobre o processo por falta de decoro, continuam os sinais de que o caso continua atraindo interesse. "Recebi no dia de hoje, até agora, cerca de 700 a 800 mensagens de correio eletrônico pedindo a cassação", disse o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), às 17h de anteontem. É uma média de uma mensagem a cada 30 segundos. O constrangimento entre os senadores é forte. "Se olharmos bem, a sociedade brasileira hoje não tem mais Senado", admitiu Melo. No gabinete do senador José Alencar (PMDB-MG), 140 mensagens foram recebidas na quarta-feira entre 9 e 11h, no mesmo sentido.

Desaparece ainda, pelo menos em um primeiro instante, a possibilidade de uma CPI da Corrupção colocar o próprio presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), respondendo a um processo por falta de decoro, o que poderia levar a um acordo político para se evitar a perda de mandato para todos.

Conta a favor de ACM, além dos quatro votos pefelistas no Conselho de Ética e dos 20 votos do partido no plenário, o texto pouco claro do regimento do Senado sobre qual a pena a ser aplicada para o seu caso e a grande dúvida, entre os próprios senadores interessados na cassação, sobre os procedimentos que devem ser tomados para que o processo avance.